

Portugal atrasado na organização territorial

A organização do território é um tema essencialmente do século XX. Mais recentemente passou também a falar-se em desenvolvimento sustentável. Estes temas são aqui abordados neste e num próximo artigo.

A organização do território desenvolveu-se essencialmente no séc. XX. A então União Soviética iniciou um processo nos anos 30 com a utilização dum plano quinquenal que pretendia reorganizar uma rede policêntrica de cidades e núcleos de produção. Esta problemática teve grande impacto. Porém, entre os "desurbanistas" e os "europeístas", o "stalinismo" impôs essencialmente uma estrutura hierarquizada sem uma mudança do modelo urbano-industrial.

Na Inglaterra, o problema da organização do território colocou-se com a industrialização e o acréscimo da população urbana, mas não se realizaram mudanças estruturais.

Na Itália, os governos ensaiaram processos múltiplos para resolverem a disparidade norte-sul - a questão do Mezzogiorno!. Mas apenas sobressaíram medidas de gestão do mesmo modelo de crescimento.

Em França, a organização territorial desenvolveu-se com uma estratégia ainda mais explícita. A luta contra as disparidades regionais e o desejo de controlar o peso excessivo de Paris em relação ao resto do território, levou a uma série de medidas que colocou a França como um dos países europeus tecnicamente mais bem apetrechados com uma metodologia de organização do território.

Assim, a partir de 1950, através do Ministro da Reconstrução e do urbanismo, Claudius Petit, surge a necessidade do plano nacional da organização do território. E, em 1963, a DATAR, Delegation d'Amenagement du Territoire et Action Regionale, directamente ligada ao Primeiro Ministro e aos diversos ministérios, revelará uma política de coordenação na prossecução de vários objectivos, visando uma política concertada na constituição de grandes infra-estruturas e de metrópoles de equilíbrios. Mas foi apenas em 1997 que a lei Voynet, propôs uma melhor coordenação regional e promoveu a filosofia do "desenvolvimento durável" ou seja, pretendeu-se reorientar o crescimento económico de acordo com o desenvolvimento ecologicamente sustentado. Porém, nada de estruturante veio a realizar-se de modo significativo.

A Alemanha fez nos últimos anos alguns passos no sentido de fazer progredir o desenvolvimento de energias renováveis como alternativa à energia nuclear. Algumas experiências, como o caso da nova organização territorial do Vale do Emscher, apontam para um outro modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentado. Porém, mesmo com a presença dos Verdes, os passos não são ainda decisivos para a tal mudança de paradigma.

Em Portugal, o Estado Novo ensaiou algumas medidas que conduziram ao reforço da metrópole como a cabeça do império colonial.

A partir dos anos 60, o reforço das estruturas viárias, portuárias e a construção de barragens, aparecem ligadas ao crescimento e modernização. O complexo de Sines constitui um dispositivo virado para o aproveitamento energético resultante da exploração colonial. Depois do 25 de Abril, a "modernização" apenas consolidou o modelo urbano-industrial que era ainda bastante arcaico em relação ao capitalismo dominante.

Portugal, ao nível da comunidade europeia, apresenta-se assim como o País mais atrasado na organização territorial. Os governos têm funcionado predominantemente numa gestão de crises e sem projectos integrados numa nova organização territorial. E tem primado a ausência de uma visão assente no desenvolvimento ecologicamente sustentado, paradigma que exige prospectiva e meios políticos e eco-tecnológicos consequentes.

A falta de espaço leva-me a deixar para um próximo artigo algumas considerações fundamentais sobre "sustentabilidade", termo agora muito usado entre nós sem que por isso se tenha, muitas vezes, uma adequada noção do seu conteúdo.